

Linchamentos: por quê?

José Álvaro Moisés *

Por que são cada vez mais constantes, no Brasil, os linchamentos entre pessoas das classes populares? Por que os pobres se matam? Ou, dito de outra forma, o que leva alguém a tirar a vida de um semelhante seu, principalmente, quando se trata de pessoas que, por força da nossa história recente são, cada vez mais, lançadas à vala comum da fome, da miséria e da opressão?

A resposta mais comum é bem conhecida: a sede de “justiça pelas próprias mãos”, ou seja, o desejo de restabelecer o equilíbrio social, a igualdade de oportunidades entre as pessoas, quando as práticas anti-sociais (roubos, crimes, estupros, etc.), mesmo que praticadas por gente do mesmo meio social, não encontram respostas aceitáveis por parte da sociedade. Não importa se a própria miséria e a pobreza, ou o seu incremento (como nos tempos de recessão), estão na raiz dessas práticas anti-sociais: o que as pessoas das classes populares não aceitam é conviver com mais injustiça e com mais violência.

Mergulhados em um cotidiano de carências e de opressões, os pobres não aceitam que outros, mesmo

que semelhantes seus, lhes imponham mais opressão e mais violência. Então, reagem linchando, matando e, muitas vezes, até esquartejando os que infringem as regras sociais. Aplicam, então, ainda que cegamente, o que alguns chamam de “justiça” punitiva.

O que mais chama a atenção não é, propriamente, que haja reação, mas o tipo e a forma da reação: o sacrifício da vida, através de morte violenta ou de tortura, quase uma tentativa de afirmar, pela brutalidade dos atos, o absurdo praticado antes pelo criminoso, pelo ladrão ou pelo estuprador que ofenderam gente igual a eles. Absurdo que justificaria outros absurdos como os próprios linchamentos.

Essa reflexão me faz lembrar o mito da origem do Estado, segundo os pensadores de linha liberal conservadora. Para alguns deles, o Estado surgiu, na história da humanidade, quando os homens resolveram controlar a irracionalidade da violência, “a guerra de todos contra todos”. Para operar esse controle, criaram outras irracionalidades, como o próprio poder do Estado que, muitas vezes, se volta brutalmente contra o cidadão, fazendo da sua política a lógica, não mais da “guerra de todos contra todos”, mas da guerra dos poderosos contra os que não tem poder algum, a não ser a força da sua união.

É bem possível que os linchamen-

* José Álvaro Moisés é professor do Departamento de Ciências Sociais da USP, membro do Conselho Deliberativo do CEDEC e editor de *LUA NOVA*.

tos falem a linguagem cru e rude dos setores da sociedade que não acreditam ou nunca acreditaram na justiça. Particularmente em um país onde a impunidade dos poderosos se tornou a prática cotidiana, não há porque se surpreender diante disso. O que é a justiça entre nós? É o formalismo de uma convenção que serve pouco para resgatar aquilo para o qual ela foi fundada: a igualdade de direitos.

Sem direitos, sem justiça

Se isso é verdade, penso que, mais do que nos admirarmos ou mesmo indagarmos sobre a inexistência da justiça, deveríamos refletir sobre a inexistência dos direitos. Não é possível fazer justiça onde não há direitos. Ou onde os privilégios são acobertados para que a igualdade não exista. Na verdade, falta no Brasil a própria noção de cidadania. Onde não há cidadãos, por que haveria justiça?

É claro que a fome, a miséria e a exploração econômica crescentes dão o pano de fundo onde se defi-

nem muitos delitos, como os pequenos roubos dos que não têm o que comer, os crimes dos que não têm teto ou a ofensa dos que não têm carinho ou nunca foram amados. Mas, no fundo, é na inexistência dos direitos que devemos ir procurar a raiz dessa imensa insatisfação. A impunidade de poucos é confundida com a impunidade de muitos e, no final das contas, as vítimas de uma e de outra tragédia são as classes populares.

Por isso, eu penso que, enquanto não desenvolvermos entre nós a noção de direitos do cidadão, direitos que tem de ser necessariamente iguais, para valer para todos, não só não haverá justiça (pois esta, afinal, sempre se refere a direitos), como não haverá razão para que os ofendidos reconheçam razão nos humilhados, mesmo que essa razão não implique em convivência com as práticas anti-sociais como os linchamentos. ★

Este texto foi escrito originalmente para o programa da peça "A Lei de Lynch", de Walter Quaglia, que estreou no TBC, São Paulo, em junho último.

